

## »continuação de entrevista

# “A mulher não é propriedade do homem: isso é fundamental”

**Especialistas defendem que é preciso combater as agressões no primeiro momento, a fim de evitar uma escalada. O senhor acredita que o Judiciário está chegando nesse ponto de impedir que a violência nasça?**

Há dois importantes sobre o feminicídio. O primeiro é a escalada. O segundo é que ele está presente em todas as classes sociais. As estatísticas mostram que qualquer classe tem esse tipo de crime, que vai desde o primeiro ato de menor potencial ofensivo até a morte. E o tribunal tem atuado para impedir isso, com programas, inclusive. Outra característica que precisamos destacar: mais de 90% dos autores de feminicídio têm mais de 35 anos de idade. Então, nós já temos um público-alvo. Significa que, entre os mais jovens, o programa tem funcionado. O tribunal tem o programa Maria da Penha Vai à Escola e tem incentivado muito as denúncias. Nós temos a Delegacia da Mulher. Temos 20 Varas de Violência contra a Mulher. Esse é um aspecto que nós temos incentivado, mas não tem sido suficiente.

**O que mais é possível fazer?**

Penso que nós temos que trabalhar com outros modos de atuação. Talvez uma campanha que mostre a situação real desses crimes. Homens presos e condenados; a mulher, morta. E os filhos, abandonados. É preciso que a mídia mostre essa realidade e as consequências desse crime, de modo a incutir na cabeça dos homens que eles não podem fazer isso. Nós precisamos acabar com essa violência contra a mulher. É uma chaga. Nós também temos um programa com as forças de segurança, chamado Diálogos, no qual as pessoas que praticaram violência doméstica conversam com psicólogo. É uma tentativa de conscientizá-los e de, sobretudo, evitar a escalada, que esse fato prossiga.

**O que é dito a essas pessoas?**

Nós precisamos mostrar que ninguém é dono do sentimento de outra pessoa. Isso é fundamental. A mulher não é propriedade do homem. Não se pode querer controlar o sentimento do outro. Nosso desafio é convencer os homens dessa condição. Então, temos pensado muito sobre isso. Temos aqui o Núcleo Judicial da Mulher. Temos feito muitas parcerias para diagnosticar essa situação e tomar ações para evitar evitar a morte das mulheres. Porque depois, a tragédia é gigantesca.

**Falta uma reação maior da sociedade contra o feminicídio?**

Acredito que precisamos da ajuda de todos — do Poder Judiciário, das forças de segurança e do cidadão. A família precisa conversar muito sobre esse assunto. Os pais, as mães, na formação dos filhos. É preciso incutir a ideia de boa convivência, de tolerância, de respeito à mulher, de não fazer essa distinção ou menosprezo com relação a gênero. Me parece que falta isso também, um diálogo na família. E é importante informar as consequências. Nesse ponto, a imprensa pode nos ajudar, mostrando que os autores estão sendo presos e punidos. Nós precisamos agora é de um trabalho de conscientização, porque não é possível que continue assim.

**Os agressores costumam naturalizar a violência contra a mulher, como se fosse normal**

**tratá-la como propriedade. Como o senhor vê isso?**

A naturalização da violência realmente acontece, sobretudo por causa do machismo por trás dessa ideia. O grande responsável por isso é o machismo. Veja o que ocorre, por exemplo, nos presídios. Todos sabem que administração de presídio é uma situação complexa. Para alguns tipos de crimes, por exemplo de natureza sexual, os presos têm uma forma diferente de lidar. Eles agridem os autores de crimes sexuais, que precisam ficar separados. Eles não podem ficar no conjunto das células. Mas os presos não dão esse mesmo tratamento com feminicídio, o que revela uma posição machista. É como se eles tratassem o feminicídio como um crime comum. Porque outro, de natureza sexual, eles não toleram. Mas com feminicídio há, de fato, uma tolerância uma concordância, como se fosse natural tirar a vida de uma mulher.

**É uma demonstração de que o machismo está em todos**

**os lugares.**

Sim. É por isso que insisto no trabalho de conscientização, de educação, de discussão, de campanha. Eu lembro das campanhas fortes, como de combate ao fumo, ou de acidentes e trânsito. Temos que fazer campanhas mostrando a crueldade, a realidade dessas tragédias familiares.

**Um dos temas muito debatidos ao longo do ano no Judiciário foi a questão da paridade de**

**gênero. O que o senhor pensa da resolução do Conselho Nacional de Justiça?**

Em relação à ampliação da presença de mulheres no segundo grau (do tribunal), será muito fácil alcançar. Porque nós temos muitas mulheres que chegam a essas posições pelo mérito. Veja que interessante: na última segunda-feira, demos posse a 22 juízes substitutos do segundo grau. Onze homens e 11 mulheres. É um percentual maior do que o estabelecido pelo CNJ, porque na véspera eu havia dado posse a uma juíza. Então, na verdade, passou a ser 12 a 11. Muito em breve a gente vai alcançar esse percentual. Isso não vai ser um trabalho terno porque temos muitas mulheres chegando ao tribunal de justiça.

**Já houve uma presidente no TJDF?**

Tivemos três vice-presidentes (Carmelita Brasil, Sandra de Santis e Ana Maria Amarante Brito), em ocasiões diferentes. Mas tivemos presidente no Tribunal Regional Eleitoral, em 1986, com a desembargadora Maria Thereza de Andrade Braga. Aqui ainda não chegou, mas vai chegar (risos). Está na hora.

**O senhor tem uma relação especial com o futebol e a música, não?**

Gosto muito dos dois (risos).

**Como é manter a rotina do tribunal com essas atividades?**

Agora, infelizmente, não tenho tempo. Mas é preciso ter essas válvulas de escape, porque a vida do juiz é assim. É todo dia decidindo, e todo dia examinando conflitos. Nesse aspecto, precisamos avançar. Precisamos muito da colaboração da cidadania. Para a gente reduzir os processos, precisamos que o cidadão diminua o recurso ao Poder Judiciário. Na nossa gestão, nós trabalhamos muito a ideia de evitar a demanda.

**Como é feito isso?**

Com conciliação, com mediação, com mutirão. Nós temos o programa Conciliar. Temos um espaço enorme na Asa Norte, ali depois da

Fotos: Carlos Vieira/CB/D.A. Press



Casa do Ceará, que funciona todos os dias. Qualquer pessoa vulnerável pode chegar e trazer a sua história. É chamada a outra parte e feita uma proposta de reconciliação. Nós temos alcançado um índice de conciliação acima de 70%. Isso deixa de ingressar como processo judicial. Nós recebemos, este ano, 401 mil processos no tribunal. E tivemos um êxito muito grande porque julgamos 436 mil processos. Isso é um avanço muito importante, porque reduzimos o estoque de processo. Não há acúmulo. Por isso, temos recebido do CNJ o maior prêmio — diamante — por conta dessa atuação do tribunal, de todos os magistrados e servidores. É um desempenho que faz de Brasília um dos tribunais mais céleres.

**Há outros destaques?**

Na nossa gestão, o que mais destaco é essa prestação de boa jurisdição. Isso é importante: atender às pessoas, dar uma resposta. As pessoas que vêm ao Judiciário precisam ter uma imagem positiva do nosso serviço. A gente trabalha muito isso, inclusive, com a ideia de adotar uma linguagem simplificada. Incentivamos os juízes a se manifestarem de uma forma que as pessoas possam entender. Outro

ponto é o acesso. Hoje, com o PJE (Processo Judicial Eletrônico), todos têm acesso a uma decisão do Judiciário. Não precisa mais o advogado tirar uma cópia. A parte entra e pode acompanhar.

**É um tribunal que busca se aproximar do cidadão.**

Temos procurado isso. Com a Constituição de 1988, o acesso ao poder judiciário é amplo. Do ponto de vista legal, o modelo está perfeito. Nós precisamos agora é ter instrumento para que as pessoas consigam alcançar esse acesso. Nós todos aprendemos — pelo menos na minha faixa etária — que o Judiciário tem de ser provocado. Mas veja, essas pessoas sem documento não têm como provocar, como chegar. Então o Judiciário está indo até essas pessoas. Por isso que eu digo que o TJDF é um tribunal de saída, para alcançar aqueles que nós não enxergamos.

**E para 2024, quais são os planos?**

O combate à violência doméstica é a pauta principal no primeiro trimestre. Cumprir as metas na realização de julgamentos e trabalhar para a obtenção de recursos, porque não falta serviço. Na semana passada, conseguimos um feito muito importante, que foi a reinauguração do “Palacinho”. Ele tinha um problema estrutural, e ficou quase cinco anos fechado. Nós estávamos nos reunindo em um espaço improvisado. E esse auditório é um símbolo do tribunal. Todos os acontecimentos importantes são lá. Essa entrega nos trouxe muita satisfação. No ano que vem, recebendo esses 22 novos juízes, teremos um reforço ao nosso trabalho.

**O que pretendem para melhorar o bom desempenho?**

Temos outra linha de atuação. Como o TJDF é célere e as custas judiciais são mais baratas, as pessoas estão movendo milhares de processos aqui em Brasília, aumentando muito o nosso trabalho. Estamos pagando pela nossa eficiência. Estamos com um projeto de lei, já aprovado na Câmara dos Deputados, de autoria do deputado Rafael Prudente que diz que, para eleição do foro, é preciso guardar uma pertinência com a residência ou domicílio da parte ou do cumprimento da obrigação. Isso vai para o Senado e, se for aprovado, vai realmente equilibrar mais os termos. Porque nós recebemos recursos proporcionais à nossa população. Se a gente recebe pessoas de outros estados, compromete os nossos recursos.

**Há previsão de concurso?**

Temos 48 desembargadores e, aproximadamente 400 juízes. Acabamos de fazer um concurso. No, sso concurso é muito disputado, acabamos de fazer um agora. Tínhamos 35 vagas, só aprovamos 22, de 7 mil candidatos. O TJDF é uma peneira muito forte. Ficaram essas vagas, novas vagas vão surgir. Há necessidade de mais juízes. Mas estamos aguardando o CNJ, que fará um exame nacional para os candidatos. É preciso aguardar. Provavelmente, em maio, já teremos candidatos.

**O tribunal ganhou um selo de sustentabilidade. Como está a política de ESG?**

É um aspecto que também temos cuidado. Temos feito vários trabalhos na questão da acessibilidade. Todos nossos prédios todos têm acessibilidade. Na minha gestão, em que não tinha, a gente procurou assegurar. Sobre a geração de produção de energia fotovoltaica, demos um grande salto. Contratamos usinas de placas fotovoltaicas em cima dos nossos prédios. Temos um prédio verde, onde funciona

as áreas de Fazenda Pública, todo com sustentabilidade. É um destaque em nosso tribunal.

**Seu nome figura sempre nas listas para o STJ. O senhor pensa nisso? Quer falar sobre isso?**

(Risos) Primeiro, tem que aguardar a vaga, para articular essa ideia.

**O seu mandato termina em abril. O trabalho foi maior do que o senhor imaginava?**

Com certeza muito maior. Eu tinha um colega que foi presidente (Getúlio Vargas de Moraes Oliveira) e ele me incentivava muito a vir para a presidência. Eu conversava bastante com ele. Depois que eu assumi, eu disse a ele: ‘Você não falou tudo sobre a presidência’ (Risos). Ele não me contou a história toda. Todas as situações vêm para a presidência. Exigem uma decisão, todos os dias. Mas eu costume dizer que minha vida é decidir. Decido com naturalidade, examinando a lei e a Constituição. Essa é a vida do juiz. Não é uma vida fácil, mas fica mais fácil assim.

**O senhor foi advogado na Constituinte, ao lado do deputado Sigmaringa Seixas. A Carta Magna está sendo preservada?**

Aquele momento da Constituinte foi muito vivo da participação das pessoas. Elas estavam interessadas numa nova Constituição. A Constituição ampliou muito os direitos, assegurou os direitos, mas sobretudo, traçou o princípio maior da garantia de uma democracia. Naquele hora, vínhamos de um período ditatorial. Não se tinha garantia dos direitos. Então, os constituintes procuraram constitucionalizar tudo. Se nós examinarmos a Constituição, nós temos disposição de todos os assuntos da vida nacional: direitos sociais, direitos coletivos, direitos individuais, direitos políticos, direitos das populações indígenas. Isso realmente acabou criando um conjunto de direitos, que precisou ir se arrumando.

**Como o TJDF é célere e as custas judiciais são mais baratas, as pessoas estão movendo milhares de processos aqui em Brasília**

Mas não descaracteriza a ideia central de uma Constituição. Quanto ao seu cumprimento, temos muitas dificuldades. Veja, por exemplo, o aspecto do que o salário mínimo deve ser capaz de atender. Até hoje, não conseguimos chegar ao atendimento adequado, mas isso faz parte de uma construção. O país precisa crescer para responder a todas essas demandas

**Houve avanços?**

Há vários aspectos muito positivos. Nós avançamos muito no acesso à educação. Ainda não é a educação que defendemos que fosse, mas avançou muito. Porque não havia acesso à educação. Quem nasceu nos anos 1950 para trás... pouquíssimas pessoas tinham acesso à educação. Hoje o acesso é amplo. Na Saúde, tanta gente cita o SUS. Ele não consegue atender a todos, mas atende a muitos. É preciso corrigir a aplicação de recursos, e a mídia passou a ter liberdade indispensável para apontar esses desvios. Isso tudo é a Constituição que assegurou. A liberdade de imprensa está aqui na Constituição!

**O senhor diria que a Constituição é ao mesmo tempo inspiração e desafio para o Judiciário.**

Certamente. E precisa ser observada. É o que eu digo. Juiz tem que cumprir a lei e a Constituição. Ele tem de dar cumprimento a essa interpretação.

**E o futebol?**

No futebol, a decepção foi geral. O Botafogo estava ali na linha de chegada. As pessoas estão tendo caridade até com os botafoguenses em não provocar esse assunto. Veja: 82% de aproveitamento no primeiro turno, e 32% no segundo. Mas a gente prossegue. O botafoguense resiste.

**E a música?**

Continuo um apaixonado. Mas só aprecio. Meu filho é que é músico. Não tenho esse talento.